



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE CEILÂNDIA – FCE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

SANDY ÁGATA DA SILVA MONTEIRO

**“Não cheguei a procurar, mas também nunca ouvi falar”:
Conhecimentos e atitudes de mulheres sobre a rede de cuidado às
vítimas de violência conjugal no Distrito Federal.**

Brasília - DF

2018

SANDY ÁGATA DA SILVA MONTEIRO

**“Não cheguei a procurar, mas também nunca ouvi falar”:
Conhecimentos e atitudes de mulheres sobre a rede de cuidado às
vítimas de violência conjugal no Distrito Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
– UnB – Faculdade de Ceilândia como
requisito parcial para obtenção do título
de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Dos
Santos

Brasília - DF

2018

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Assinatura:

Data:

SANDY ÁGATA DA SILVA MONTEIRO

**“Não cheguei a procurar, mas também nunca ouvi falar”:
Conhecimentos e atitudes de mulheres sobre a rede de cuidado às
vítimas de violência conjugal no Distrito Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – UnB – Faculdade
de Ceilândia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vagner Dos Santos

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Grasielle Silveira Tavares Paulin

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Brasília, 26 de junho de 2018.

Dedico este trabalho de conclusão de curso primeiramente ao meu Deus, meu criador que me deu o dom divino da vida, meu melhor amigo.

Às mulheres que participaram do estudo, uma vez que compartilharam suas experiências, desejo a todas muitas bênçãos.

Ao meu Pai Vicente que sempre esteve comigo nos momentos tristes e felizes, a minha mãe Alessandra que nesses quatro anos de graduação me acompanhava e fortalecia nas madrugadas de crises de ansiedade e gastrites nervosas. Os dois sempre me motivando a vencerem na vida, me proporcionando educação e carinho.

A minha irmã Nycolee por me auxiliar nos momentos em que precisei, até mesmo emprestando suas canetas, rs. Ao meu namorado Victor que sempre me motiva, me ensina a pensar mais positivo e me ajuda nos momentos difíceis.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por me conceder a bênção da aprovação no vestibular e de concluir a graduação na Universidade de Brasília.

A minha família pelo apoio e suporte desde quando eu iniciei minha vida escolar até nos dias de hoje.

Ao meu orientador Vagner dos Santos, muito obrigada por me acolher desde como monitora de matérias, até como orientanda no trabalho de conclusão de curso. Muito obrigada por sempre se doar ao máximo como professor, explicando nem que seja necessário mil vezes, sempre com paciência, incentivando os alunos a se dedicarem, exalando motivação. Sou muito grata pelo auxílio e aprendizado.

À Professora Grasielle Silveira Tavares Paulin por ter aceitado o convite para participar da banca, dispondo assim o seu tempo e também aos ensinamentos prestados com carinho ao longo do curso.

Muito obrigada!

“Bom mesmo é ir à luta com
determinação, abraçar a vida com paixão,
perder com classe e vencer com ousadia,
porque o mundo pertence a quem se
atreve e a vida é muito curta, para ser
insignificante.”

Charlie Chaplin

RESUMO

MONTEIRO, S. A. da S. **“Não cheguei a procurar, mas também nunca ouvi falar”:** **Conhecimentos e atitudes de mulheres sobre a rede de cuidado às vítimas de violência conjugal no Distrito Federal.** 2018. 45f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Ceilândia. Brasília, 2018.

Introdução: A violência doméstica é um complexo problema que atinge principalmente as mulheres. Objetivo: Caracterizar as experiências violentas vividas por mulheres da Região Administrativa de Ceilândia. Metodologia: Estudo qualitativo, com realização de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. 6 mulheres vítimas de violência doméstica foram entrevistadas. Todas as entrevistas foram transcritas verbatim, e os dados foram analisados em cinco estágios: familiarização; identificação; indexação; mapeamento e interpretação. Resultados: Identificou-se que a maioria das mulheres não tinham conhecimento das redes apoio para o enfrentamento à violência doméstica oferecidas pelo Estado. Identificou-se, também, que as informações recebidas no momento da violência vieram de seu meio social, como família e amigos.

Palavras-chave: Violência doméstica; Estratégias de enfrentamento; Redes de apoio; Conhecimento das mulheres.

ABSTRACT

Introduction: Domestic violence is a complex issue mainly affecting women. **Aim:** To characterize the female intimate partner violence experiences of women from the Ceilândia Administrative Region. **Methodology:** Qualitative study, with semi-structured interviews for data collection. 6 women victims of domestic violence were interviewed. All interviews were transcribed verbatim, and data were analyzed in five stages: familiarization; identification; indexation; mapping and interpretation. **Results:** It was identified that most of the women were unaware of the services to victims of domestic violence provided by the state. It was also identified that the information received at the time of the domestic violence came from his social environment, like family and friends.

Keywords: Domestic violence; Coping strategies; Support networks; Knowledge of women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	RERENCIAL TÉORICO	13
3	JUSTIFICATIVA.....	14
4	OBJETIVOS.....	15
5	METODOLOGIA	16
5.2	COLETAS DE DADOS	17
5.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	17
5.4	ASPECTOS ÉTICOS	18
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
6.1	PERFIL DAS INFORMANTES.....	19
6.2	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	19
6.2.1	Revelando a vitimização para Família e amigos	19
6.2.2	Acessando redes de apoio na saúde e segurança	21
6.2.3	Influências na decisão de não procurar ajuda.....	22
6.3	VIOLÊNCIA SOFRIDA EM ALGUM MOMENTO DE SUAS VIDAS.....	22
6.3.1	Conhecimento versus Consciência	23
6.3.2	As causas da violência doméstica.....	25
6.3.3	Percepção da violência psicológica	26
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
	APÊNDICES	32
	APÊNDICE A – MINI-GUIA	33
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	40
	APÊNDICE C – PARECER DO CEP.....	42
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	47

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma das preocupações cotidianas, atingindo principalmente o público feminino. Martinez e Nascimento (2006), citam que a violência doméstica recebe esta denominação por ser realizada no interior dos lares, ou em uma relação de familiaridade ou afetividade. Trata-se de uma violência recorrente e escondida pela vítima por alguns motivos, como por exemplo, vergonha da sociedade e medo do agressor. Para entender a violência doméstica é necessário conceitualizar inicialmente a violência em termo gerais, conforme segue:

“ [...] Todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade. ” (ADEODATO et al, 2005 p.109).

Com o auxílio da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, pode-se caracterizar a violência em diversos modos, como por exemplo, a violência física que é entendida quando a conduta atinge a integridade corporal, a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação, a violência sexual que é considerada como manter ou participar de relação sexual não desejada, a violência patrimonial que se configura como qualquer atitude que obtenha retenção, diminuição e até mesmo destruição de recursos econômicos, e por fim, a violência moral que se enquadra quando configura-se calúnia, difamação ou injúria.

O Relatório Nacional Brasileiro relata que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, totalizando, em 24 horas, um número de 5.760 mulheres espancadas no Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2005, indica que, no Brasil, 29% das mulheres relatam ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida; 22% não conseguiram contar a ninguém sobre o ocorrido; e 60% não saíram de casa, nem sequer por uma noite.

Os estudos referidos acima pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mostram dados alarmantes que indicam que houve um aumento considerável de mulheres agredidas. Contudo, a violência doméstica contra a mulher se caracteriza como um grave atentado aos direitos humanos, dando assim, a possibilidade de uma intervenção estatal e até mesmo uma consequente repressão penal ao agressor.

A Constituição dirigente de 1988 que configura o modelo de Estado atual (Estado Democrático de Direito), prevê no artigo 5º da Constituição, garantias e direitos fundamentais a cada cidadão brasileiro, assegurando assim o direito e a possibilidade do cidadão ter uma vida digna, livre e igualitária. No Brasil, a Lei Maria da Penha segundo o Superior Tribunal de Justiça em 2011, é um elemento de questionamento quanto a sua capacidade de proteger as mulheres.

Pensando na diminuição da violência e nas estratégias de enfrentamento disponíveis relacionados à violência doméstica, surgiu nossa pergunta de pesquisa: As mulheres vítimas tem conhecimento dos programas disponíveis referentes ao enfrentamento da violência doméstica no âmbito do Distrito Federal?

Como objeto deste estudo, foi investigado quais as estratégias disponíveis foram utilizadas por mulheres no Distrito Federal (DF) para proteção e redução de episódios de violência doméstica, elencando as estratégias como ferramenta de conhecimento para as mulheres vítimas. Pretende-se, a partir de um estudo qualitativo, o qual permite uma análise subjetiva das entrevistas colhidas, investigar o conhecimento das vítimas referente às formas de abordagens de enfrentamento que podem procurar, quais foram os métodos percorridos para ter o apoio e os possíveis bloqueios que levaram as mesmas a não procurarem os métodos de enfrentamento, sendo assim sob este prisma, o qual evidencia o principal objetivo deste trabalho.

2 RERENCIAL TÉORICO

Através da legislação brasileira podemos afirmar o papel da mulher de antigamente. No Código Civil de 1916, o responsável pela mulher era um curador, marido ou o pai. Em 1962 foi instituído o Estatuto da Mulher Casada como “colaboradora” na família. Somente em 1988, com a Constituição Federal a mulher passou a ter igualdade na família, sendo reafirmado no Código Civil de 2002, entrando em vigor apenas em janeiro de 2003.

De acordo com a Constituição Brasileira, as delegacias de polícia devem se adequar aos procedimentos para atender mulheres vítimas de violência doméstica, de acordo com o que prevê a Lei n. 11.340/2006.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça (2011), a Lei Maria da Penha determina que se estabeleça uma política pública que vise coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de uma conjunção articulada de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo como maior integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Na pesquisa de Debert e Oliveira (2007), afirma que as formas de resolução de conflitos domésticos baseados na conciliação, têm ganhado um interesse cada vez maior no contexto brasileiro contemporâneo. Porém, é preciso reconhecer que a conciliação ou os mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos domésticos, estão presentes de maneira informal há muito mais tempo em diferentes instituições do sistema de justiça, como por exemplo, nas Delegacias de Polícia e no Ministério Público.

Borsoi (2009), mostra a necessidade em compreender a importância dos serviços de saúde como uma das redes de apoio às vítimas, por estarem próximos à maioria das mulheres, que, por diversos motivos, os utilizam em seu cotidiano. Os serviços de saúde têm o dever de se constituírem como um local de acolhimento e elaboração de projetos de apoio, ao invés de serem mais um obstáculo ao transformar a situação em opressão.

A ação articulada entre os entes estatais (União, Estados, DF e municípios) e os projetos não governamentais, juntamente com a parceria Estado-sociedade, torna-se importante para o sucesso na diminuição da violência doméstica e familiar contra a mulher.

3 JUSTIFICATIVA

Em 2006, foi sancionada a lei 11.340 conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha”, que criou mecanismos para prevenir e diminuir a violência doméstica e familiar contra a mulher, garantindo políticas que visam garantir os direitos humanos de mulheres vítimas de violência doméstica, como por exemplo, resguardá-las de todas as formas de discriminação, violência, exploração e crueldade.

Como o medo está presente na problemática da violência doméstica, isso interfere diretamente nas possíveis intervenções para sanar o problema. A dificuldade ao relatar seja para um familiar, amigos e até mesmo para um profissional de saúde, esconde informações que poderiam ajudar em dados estatísticos e em uma intervenção.

As ameaças feitas pelos agressores diante das mulheres, intensificam o medo de procurar ajuda e diminui as possibilidades de uma reestruturação no agressor. No enfrentamento desta problemática, o acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica nos serviços de saúde e no âmbito jurídico, ocorre de maneira fragmentada, levando assim uma maior importância no conhecimento da atuação de cada âmbito de Rede de Enfrentamento disponível no Distrito Federal.

É de suma importância o conhecimento das vítimas saber onde poderão recorrer e obter ajuda. Com o objetivo de acolher às vítimas, o artigo 8º, especificamente o inciso VI da lei 11.340, visa a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

Considerando a importante relevância social deste tema, acredita-se que seja necessário um olhar mais centrado nas medidas que podem ser tomadas pela vítima e pelo estado. Neste sentido, entender suas ações e justificativas são essenciais para que seja possível, posteriormente:

- (i) Identificar a percepção e o conhecimento de mulheres sobre suas estratégias de enfrentamento;
- (ii) Reduzir a frequência e severidade dos abusos;
- (iii) Maior implicação dos pesquisadores no que tange ao estudo e discussão em torno desta problemática, almejando identificar os tipos de estratégias de enfrentamento que as mulheres procuram diante das violências exercidas pelos parceiros;

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL:

Caracterizar as relações domésticas por meio das experiências violentas vividas por mulheres da Ceilândia.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar o conhecimento das mulheres vítimas sobre as estratégias de enfrentamento em que podem procurar apoio;
- Identificar o conhecimento das vítimas referente as diferenças de violência;
- Conhecer os itinerários percorridos para autoproteção;
- Identificar os possíveis motivos para não procurar apoio.

5 METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo exploratório descritivo, aplicado de cunho qualitativo. O estudo descritivo também, conforme Gil (2008), tem como objetivo a descrição de características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis, ou seja, tem objetivo de estudar as características de um grupo.

Os dados foram coletados utilizando rede de informante chaves. No Distrito Federal existem grupos de apoio ao público feminino, onde foi realizado um mapeamento desses grupos na internet e a partir disso, encontramos alguns coletivos. Posteriormente, entramos em contato com as responsáveis pelos grupos para obter autorização para divulgar a pesquisa e entrar em contato com as mulheres participantes.

Foi desenvolvido um mini-guia (APÊNDICE A) para ser distribuído às entrevistadas, como material educativo e de apoio a necessidades assistenciais para situações futuras. Para a identificação desses serviços, foi feito um levantamento detalhado na Região Administrativa de Ceilândia, juntamente com informações de cartilhas disponibilizadas pelo Governo do Distrito Federal, pelas redes de atendimento a vítimas de violência existentes nesses locais. A partir desse levantamento de guias de serviços de pequeno formato, indicou-se suas distintas naturezas assistenciais (policial, jurídica ou psicológica). Foram distribuídos às entrevistadas, independentemente de seus relatos de violência.

A pesquisa não se desenvolveu a partir de uma instituição de saúde ou social específica, mas sim da identificação de atores não institucionais, ou seja, indivíduos, posteriormente descritos nos critérios de inclusão.

5.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O ponto de partida para seleção da amostra foi a divulgação da pesquisa em diversas redes digitais, identificados no período de mapeamento de rede. A pesquisa se deu entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, onde foram recebidas 12 respostas positivas para realização da pesquisa. No entanto, 6 possíveis participantes foram excluídas da amostra, pois 6 não haviam os pré-requisitos para participar da pesquisa, que eram ter passado por uma relação conjugal violenta em algum momento de sua vida e serem residentes da Região Administrativa de Ceilândia. Sendo assim, mantidas a amostra de 6 mulheres com experiência conjugal violenta.

5.2 COLETAS DE DADOS

A coleta de dados da pesquisa, realizou-se utilizando uma entrevista semiestruturada, com o intuito de obter informações das participantes voluntárias da pesquisa, sobre suas experiências de relacionamento conjugal, seus conhecimentos referentes aos vários tipos de enfrentamento à violência doméstica, com modo de conversação de natureza profissional (APÊNDICE B).

A entrevista foi guiada por 10 questões utilizando um roteiro previamente estabelecido, com duração aproximada de 40 minutos. De acordo com Gil (2008), essa ferramenta de investigação social revela-se como uma conversação efetuada face a face, essa tem sido a característica mais considerada para distingui-la do questionário assim, proporcionando ao entrevistador, formalmente, a informação necessária.

Pope e Mays (2008) reforçam que, a entrevista tem como vantagem a possibilidade de interpretar e acompanhar ideias, aprofundar respostas, investigar motivos e sentimentos.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados se deu pela leitura, reflexão e comparação das respostas obtidas pelas entrevistadas, onde foram procuradas semelhanças e divergências entre as opiniões para identificar os possíveis problemas, foram construídas soluções juntamente com as informações que este presente estudo traz reforçando a importância do enfrentamento como uma das resoluções da problemática abordada.

Este estudo segue alguns modelos dos cinco estágios que Pope e Mays (2005) sugere, sendo eles: Familiarização, Identificação, Indexação, Mapeamento e a Interpretação, que contribuiu para a descrição e a discussão dos resultados apresentados pela pesquisa. A partir do conteúdo das entrevistas foram criadas as seguintes categorias:

- Perfil das informantes;
- Estratégias de enfrentamento;
- Violência sofrida em algum momento de suas vidas.

As categorias citadas anteriormente estão divididas também em subcategorias, norteando assim os depoimentos das mulheres e a apresentação dos dados.

5.4 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa obedece aos aspectos éticos e legais que compõe a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. A mesma preza o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Ainda considerando este engajamento ético, esta pesquisa se comprometeu a atender aos quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília (APÊNDICE C).

Sendo acordada a participação dos membros pretendidos pela pesquisa foram marcados encontros individuais com os mesmos, na Universidade de Brasília – Campus Ceilândia, para se sentirem mais seguras e confortáveis. No entanto, as entrevistas foram realizadas individualmente, por acreditar que assim as participantes não se sentiriam constrangidas em falar sobre o tema na presença de terceiros, com isso foram marcados momentos diferentes para a realização das entrevistas, em local discreto (salas de reunião), preservando a participante para que nenhum outro membro estivesse próximo no momento. Para cada participante, foi realizado um encontro onde foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, os possíveis riscos e benefícios; foi solicitada a autorização da participante, a gravação da entrevista para posteriores transcrições de modo a facilitar a análise da coleta de dados, e demais considerações no intuito de dirimir eventuais dúvidas. Além disso, foi feita a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE D) no intuito de cumprir as exigências éticas para a realização da mesma. Foram abordadas também mulheres em espaços de ruas na Cidade Satélite do Distrito Federal – Ceilândia.

Após a efetivação da entrevista os dados colhidos foram transcritos, assegurando assim a confidencialidade das informações geradas, mantendo ainda a privacidade das participantes da pesquisa, incluindo também a proteção da imagem. Somente o pesquisador responsável tem acesso ao conteúdo das entrevistas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 PERFIL DAS INFORMANTES

Após analisar as entrevistas, foi observado que todas as mulheres eram casadas ou viviam com seus companheiros em união estável durante a violência doméstica sofrida. A idade atual das informantes variou entre 19 e 53 anos, com idade média de 28 anos, porém a idade durante a violência sofrida pelas mesmas variou entre 15 a 25 anos, com a idade média de 20 anos. Três delas possuíam o ensino superior incompleto, duas possuíam o fundamental incompleto e uma o superior completo. Todas residiam na Região Administrativa de Ceilândia – Distrito Federal.

Tabela 1. Dados das informantes moradoras da Região Administrativa de Ceilândia – Março de 2018.

	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5	Entrevista 6
Idade Atual	53	29	28	19	23	21
Idade no ato da violência	25	25	22	18	15	16
Escolaridade	Pós-Graduada	Fundamental Incompleto	Fundamental Incompleto	Superior Incompleto	Superior Incompleto	Superior Incompleto
Cidade onde reside	Ceilândia	Ceilândia	Ceilândia	Ceilândia	Ceilândia	Ceilândia
Estado civil atual	Casada	Casada	Separada	Solteira	Solteira	União Estável
Estado civil no momento da violência	Casada	Casada	Casada	União Estável	União Estável	União Estável
Ocupação	Professora	Dona de casa	Vendedora	Estudante	Estudante	Estudante

Fonte: Dados do pesquisador

6.2 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

6.2.1 Revelando a vitimização para Família e amigos

Esta categoria procurou abranger o meio social como forma de rede de apoio para as entrevistadas durante o período da violência. Pode-se identificar nas falas abaixo, que as mulheres quando tomaram iniciativas de busca por alguma ajuda, ou seja, quando

romperam o silêncio, buscaram a família e os amigos. A mensagem transmitida por amigos, era “seguir com a vida”, por um lado aceitar o que passou e mover-se em outra direção, não envolvendo responsabilização e/ou reparos em torno do ato violento.

“Ela sentiu essa revolta, mas ao mesmo tempo não passou daquilo, não me aconselhou, nunca mais tocou no assunto. Nunca recebi por parte de nenhum parente, só minha tia que agora me aconselha a ir viver minha vida.” (Entrevista 1)

“A única conversa que eu tive foi com a minha mãe, ela é bem simples então ela só me falou pra eu esquecer isso e me separar dele.” (Entrevista 2)

“Eu falei com a minha família onde eles me ajudaram, falaram pra eu separar e aí eu separei e me mudei...Minha mãe viu a minha situação e disse pra eu me separar que ela me ajudava.” (Entrevista 3)

“Eu comecei a perceber que tinha algo de errado no relacionamento sozinha, e aí fui conversar, perguntar para elas, procurar ajuda com as minhas amigas, e aí eu caí na real.” (Entrevista 4)

“Quem me ajudou bastante foi meu namorado atual e meus amigos da escola. A ajuda que eu recebi não foi de ir lá e denunciar, mas sim de levantar a cabeça que você não merece isso, de seguir a vida, dar a volta por cima.” (Entrevista 6)

Santi et al (2010), afirmam que quando as vítimas buscam por ajuda no meio familiar, demonstram que os constituintes têm grande influência na percepção e reação em situações de violência. Assim, a busca pelo apoio nas famílias, anteriormente ao da instituição, é apontada como estratégia de autoproteção, a fim de evitar outra situação problemática de violência, uma vez que os membros da família cuidam um do outro. Parece haver um apoio que limita-se ao imediato, ao futuro, mas nunca ao reparatório

ou responsabilização ao que passou. O suporte não impulsiona ao problema ganhar uma dimensão social ampliada, e tampouco institucional.

Embora o apoio seja pouco e limitado, as mulheres reconhecem a importância deste primeiro momento de romper com o silêncio, por meio da empatia, como na entrevista 1 ou apoio como na 6.

6.2.2 Acessando redes de apoio na saúde e segurança

Em relação às redes de apoio institucional de saúde e segurança, as mulheres expressam ideias ambivalentes, por um lado reconhecem que existem, mas declaram seu pouco conhecimento ou total desconhecimento sobre sua estrutura e como ela funciona. Da mesma forma, o conhecimento não parece ser suficiente para a busca de apoio de profissionais.

“Não conheço...Também não fui atrás de nada...já vi passar muito na TV, mas nunca fui atrás de nada.” (Entrevista 2)

“Não tenho conhecimento de nenhuma rede de apoio, não cheguei a procurar, mas também nunca nem ouvi falar.... Se eu soubesse que tem toda essa rede de apoio para a vítima eu teria denunciado.” (Entrevista 3)

“Procurar ajuda psicológica, eu nunca procurei, mas senti muita falta. Não sei como funciona uma Delegacia da mulher, eu sei que existe, mas não sei o que eu tenho que fazer, não conheço nenhuma rede de apoio. Eu tenho muito acesso à informação, mas nunca procurei.” (Entrevista 4)

“Eu só fui ver que existia porque agora que eu mudei para o Centro da Ceilândia lá perto tem uma delegacia da mulher.” (Entrevista 5)

Por outro lado, alguns indicam profundo conhecimento, uma por experiência profissional, ou seja, trabalhou no serviço telefônico de apoio para mulheres vítimas de

violência, e outra, que foi a única que procurou a partir de sua experiência de violência no ambiente doméstico.

“Conheço todas as redes de apoio por ter trabalhado no 180, só conheci trabalhando lá porque a gente tinha que passar por um treinamento da Lei Maria da Penha.” (Entrevista 1)

“A minha professora na época era muito minha amiga e me explicou como funcionava a delegacia da mulher, me incentivou a ir.” (Entrevista 6)

Pode-se observar na maioria dos relatos que a falta de orientação e informação levam ao desconhecimento das redes disponíveis e que as duas entrevistas que apresentam ter o conhecimento foram obtidas através do meio social e não por meio de divulgações efetivas dos órgãos responsáveis por elaborar e implementar as políticas públicas de proteção a vítimas de violência doméstica. Dutra et al (2013) observou em sua pesquisa que as relações de solidariedade e confiança foram favoráveis na inserção das mulheres na rede de atendimento, constituindo elas mesmas um elo entre a mulher e a busca por algum tipo de assistência, como observado no exemplo da entrevista 6.

6.2.3 Influências na decisão de não procurar ajuda

Esta categoria procurou entender quais as influências que as entrevistadas acreditam que possam ter influenciado de maneira negativa na procura de ajuda em serviços da rede de suporte oferecida pelo Estado. Observa-se assim que os filhos, a questão financeira, o medo, a falta de informação e orientação, a dificuldade em se ver na violência e o uso do poder conferido por parte do agressor gerando a culpabilidade na vítima podem modificar a resposta da pessoa frente à adversidade, ou seja, frente ao ato violento, apresentando ser os principais fatores que resultaram a não procurarem apoio nas redes disponíveis pelo Estado, mantendo a mulher na relação violenta.

“Na época eu só não denunciei porque meus filhos eram bem pequenos e se eu deixar ele quem ia me sustentar? Eu sempre me vi nessa situação.” (Entrevista 1)

“Porque eu só tinha 19 anos, não sabia quase nada, era muito jovem e não sabia de nada.” (Entrevista 2)

“Eu tenho filha, quem tem filho tem medo.” (Entrevista 3)

“Como eu não tive outros relacionamentos, eu não percebi a manipulação.” (Entrevista 4)

“Eu sempre achava que ele ia mudar, que ele ia melhorar, eu deixava ele se explicar, achava que devia ter acontecido algo com ele por isso ele agia assim.” (Entrevista 5)

“Eu nunca procurei ajuda porque ele me fez acreditar que tudo isso era culpa minha, eu sempre pedia desculpas no final. Eu sabia que existia as redes de apoio como a delegacia, mas eu sempre pensava “A culpa é minha, então deixa para lá, ele faz isso comigo porque me ama, mas eu não via necessidade, e também já vi muitos casos de homens que não são punidos vão e matam a mulher.” (Entrevista 6)

A dependência econômica encontrada no relato da Entrevista 1 parece ter sido um dos fatores que contribuiu à posição de submissão às várias formas de violência vividas por ela. Na pesquisa de Albuquerque Netto, et al (2017), algumas participantes apresentaram dependência financeira do parceiro íntimo. Entre as 11 mulheres entrevistadas que relataram trabalhar, recebiam baixa remuneração, dependendo ainda financeiramente de seus parceiros, completando a renda do lar e principalmente para o provimento dos filhos. Essa situação leva à perpetuação da violência e dificulta o rompimento do ciclo de agressões no âmbito familiar.

6.3 VIOLÊNCIA SOFRIDA EM ALGUM MOMENTO DE SUAS VIDAS

6.3.1 Conhecimento versus Consciência

Com relação ao processo de busca de ajuda, identifica um espectro de conhecimento sobre a rede, que é mediado pela consciência individual, ou seja, a

capacidade de perceber que está em uma relação violenta, e que isto é algo negativo, e à ser evitado. Assim, o conhecimento sobre a rede está relacionado ao processo de conscientização sobre sua própria condição de vítima. As mulheres perceberam isto em relação a própria experiência, como na fala da entrevistada 3, ou pela conscientização de outros, observada na fala da entrevistada 6.

Identifica-se através dos relatos, que ser alertado por terceiros para que procurem e conheçam as formas de suporte, são considerados pelas entrevistadas métodos eficazes como forma de ter o conhecimento, demonstrando ainda usar esse método atualmente com outras vítimas inseridas em seu meio social (amigas, primas, irmãs, etc) para que busquem o conhecimento que as mesmas não tiveram no período vivido. Com o aumento da disponibilidade de informação, incluindo aqueles por meio do avanço tecnológico, pode-se obter conhecimento com maior facilidade, como observa-se na fala de Entrevista 2, porém, é importante ressaltar que a internet não é acessível a todos, podendo assim haver barreiras neste método.

Finalmente, esta relação de conhecimento sobre a realidade e auto consciência, ganha uma dimensão ainda maior a ser conquistada, que é a institucional, conforme indica a entrevista 5.

“Hoje eu conheci fazendo pesquisas e lendo jornais, mas nunca fui de perguntar pra ninguém, nunca fui de me expor”. (Entrevista 2)

“Mesmo se eu visse na TV eu não me atentaria, porque quando a gente tá na situação a gente não enxerga, só enxerga se alguém de fora abrir nossos olhos, me orientar”. (Entrevista 3)

“Conheço muita gente que passa por isso, e eu falo pra procurar ajuda”. (Entrevista 6)

“Deveria ter feito o boletim, se não a polícia nunca vai ter demanda, nunca vai saber o que está acontecendo”. (Entrevista 5)

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011), a articulação entre os serviços de saúde ao lado de serviços como casas abrigo, centros de referência de atendimento à mulher e delegacias de polícia, além de constituir uma rede, proporciona maior visibilidade dos serviços da rede de atendimento para a população em geral e para as mulheres em situação de violência.

Albuquerque Netto, et al (2017) percebe em seu estudo que o debate a respeito do isolamento do meio social das mulheres em situação de violência pode vir a ser um método resolutivo, com apoio material, emocional, em serviços ou informações de forma articulada. Ao observar a sua inserção em uma rede social de apoio dinâmico, com diferentes pessoas e instituições, essas mulheres têm a possibilidade de escolher suas atitudes na tomada de decisão, recorrendo àqueles elementos que têm melhores condições de auxiliá-las diante da sua problemática e fragilidade.

6.3.2 As causas da violência doméstica

Nessa categoria emergem as possíveis causas para a existência da violência doméstica na vida das entrevistadas.

“Brigava demais, ele bebia demais”. (Entrevista 2)

“Ele era ignorante, tentou uma vez me agredir ... ele falava que eu tava enganando ele, achava que eu traia ele, tinha ciúmes de mim com a minha família também, eu não podia falar com meu irmão, tudo tinha que ser só eu e ele”. (Entrevista 3)

“Ele era usuário de drogas, bebia, ficava muito agressivo, qualquer motivo era motivo de briga”. (Entrevista 5)

“Dizia que eu era fraquinha, ingênua, que eu tinha que ficar com ele para sempre porque ele iria me proteger”. (Entrevista 6)

Percebe-se que os motivos da violência debruçam-se no indivíduo, na procura de explicações de tipo pessoal, tais como o uso de bebidas alcoólicas ou de drogas, o modo de agir do indivíduo, possíveis doenças mentais, estresse, poder de persuasão indiretamente, ciúmes demasiado, entre outros. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU (2003, p. 17) as origens da violência situam-se na estrutura social e no complexo conjunto de valores, tradições, costumes, hábitos e crenças que estão intimamente ligados à desigualdade.

Almeida, et al (2008) descreve que o ciúme pode ser marcado pela ação de manter o outro como uma propriedade exclusiva. O ciúme interfere no comportamento do parceiro e em sua liberdade, mostrando possessividade e manipulação, sendo capaz de representar uma ação agressiva. É importante ressaltar que não existe uma explicação única para a violência doméstica, mas sejam quais forem as causas ainda assim será considerado crime.

6.3.3 Percepção da violência psicológica

A percepção de vivência de violência verbal relaciona-se com a humilhação vivida e palavras de baixo calão como pode-se observar:

“Não considero como violência verbal, mas pra quem é de fora pode considerar como violência verbal, às vezes ele joga na minha cara “eu que te sustento, se você conseguiu tal coisa foi porque eu te ajudei”, então a humilhação sempre teve”. (Entrevista 1)

“Mandava eu ir me lascar, tomar no cú, desgraçada”. (Entrevista 3)

“Ele falava que eu era burra, que eu não entendia das coisas, que eu era bobinha”. (Entrevista 4)

“Gritava e me humilhava na frente das pessoas”. (Entrevista 6)

Com esses depoimentos pode-se perceber que as vítimas entrevistadas reconhecem as manifestações de violência verbal vividas em algum momento de suas vidas. Elas conseguem expor que foram sujeitas passivas ou ativas de agressões, ainda que na Entrevista 1 compreenda a violência verbal através de marcas que não são facilmente identificadas pela mesma em sua relação. Schraiber, et al (2007) afirmam que as mulheres vítimas de violência apresentam pouca ou vaga percepção a respeito da vivência de violência, pois não reconhecem o ato em quaisquer situações de agressão. Contudo, observa-se o uso do termo violência para as situações de agressões por estranhos.

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Avon IPSOS (2011, p. 07), conforme citado por Nascimento (2013, p. 24) onde 80% dos entrevistados citam a violência física como uma violência doméstica ocorrida através de empurrões, tapas e socos, e 62% reconhecem a violência psicológica por meio de xingamentos, humilhação e agressões verbais.

A aprovação da Lei Maria da Penha trouxe uma mudança cultural resultando em um entendimento mais amplo da população no que se refere o que é a violência doméstica, uma vez que anteriormente a violência era entendida apenas como física.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados é possível concluir que as mulheres durante a violência doméstica sofrida não tiveram informações suficientes sobre os seus direitos. As mulheres em sua maioria não tiveram quaisquer informações referentes às redes de apoio, vindas de profissionais de saúde ou segurança. Relacionado à procura de apoio, conclui-se que foi buscado em seu meio social, demonstrando relações de confiança e intimidade. É importante que os profissionais de saúde e segurança se atentem às informações prestadas, observem indícios de violência para aconselhar e informar minuciosamente onde essas mulheres podem recorrer. Partilhar o conhecimento de redes de enfrentamento, conscientizar as vítimas da situação de violência e principalmente oferecer apoio às vítimas são formas a que possam servir para pôr fim à violência doméstica contra a mulher.

A violência conjugal é de caráter multifatorial, desse modo, não podemos falar de uma causa única. Conforme os relatos das mulheres da pesquisa, o abuso de substâncias como álcool e/ou outras drogas, o ciúme e os comportamentos temperamentais de agir por parte do parceiro são fatores importantes que contribuem como causas da violência.

Os resultados deste estudo, possibilitaram uma análise acerca da assistência que mulheres residentes da Região Administrativa de Ceilândia, vítimas de violência doméstica recebem. Notou-se que falta mais divulgação e incentivo dos serviços já realizados. Logo, o estudo possibilitou às mulheres uma reflexão sobre a importância da assistência e ao conhecimento das redes, porém indica-se a necessidade de que haja uma pesquisa de campo com a população acerca da qualidade da assistência, para que tenha um resultado da sua satisfação com o serviço oferecido.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 39, n. 1, p. 108-113, jan. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000100014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 maio 2017.

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas de et al. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000100207&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 18 junho 2018.

ALMEIDA, Thiago de; RODRIGUES, Kátia Regina Beal; SILVA, Ailton Amélio da. O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. *Estud. Psicol. (Natal)*, Natal, v. 13, n. 1, p. 83-90, abril 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2008000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 junho 2018.

BORSOI, Tatiana dos Santos; BRANDAO, Elaine Reis; CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 165-174, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832009000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL. Cartilha GDF – Manual para atendimento às vítimas de violência na Rede de Saúde Pública do DF Online, 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_sau_de_publica_DF.pdf> Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>> Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Cartilha SPM. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em: 09 junho. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Violência doméstica: cinco anos de punição mais rígida para agressores, 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2840203/violencia-domestica-cinco-anos-de-punicao-mais-rigida-para-agressores>> Acesso em: 12 maio 2017.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". **Campinas**, n. 29, p. 305-337, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2017.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciênc. saúde coletiva*, **Rio de Janeiro**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, maio 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000500014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 09 junho. 2018.

FONSECA, Paula Martinez., LUCAS, Taiane Nascimento Souza. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Escola Baiana de Medicina e As´de Pública, Bahia, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º. ed, São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

INSTITUTO AVON/IPSOS. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/pesquisa-avon-2011.pdf>> Acesso em: 26 de maio 2017.

LETTIERE, Angelina; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 19, n. 6, p. 1421-1428, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4460/5922>> Acesso em: 13 maio 2017.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. P. 172

SCHRAIBER, L. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 41, n.5, p. 797-807. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014> Acesso em: 26 maio 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MINI-GUIA

**VIOLÊNCIA
CONTRA
AS
MULHERES
É
CRIME!**

**LIGUE 156,
OPÇÃO 6**

CONFIRA A SEGUIR ALGUNS
DOS SERVIÇOS DE APOIO EM
CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES NO ÂMBITO DO
DISTRITO FEDERAL



A violência doméstica contra a mulher pode ser classificada em **violência psicológica** (qualquer conduta que cause dano emocional), **violência física** (qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal), **violência moral** (calúnia, difamação e injúria) e **violência patrimonial** (Retenção, subtração ou destruição de objetos e bens).

Esta cartilha* tem como principal objetivo o acolhimento e a orientação às mulheres vítimas de violência, onde as mesmas podem procurar apoio e um norteamento no âmbito do **Distrito Federal**.

*As informações obtidas neste livreto foram retiradas do livreto fornecido pela Secretária do trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH -DF)

- **Casa da Mulher Brasileira**

Aqui é integrado serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres como por exemplo, o acolhimento e triagem, apoio psicossocial, Juizado, delegacia, Defensoria pública, Ministério Público, promoção da autonomia econômica e cuidados para os filhos.

Telefones: 3226-5024/3224-3363

- **Casa Abrigo**

Tem como objetivo proteger às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, em risco de morte, e de seus dependentes. Os atendimentos oferecidos são psicológicos, jurídico, assistência social e pedagógico. O acesso é apenas através de encaminhamento das delegacias, Casa da mulher brasileira ou por ordem judicial. O endereço da Casa Abrigo é mantido em sigilo por motivos de segurança.

- **Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAM)**

Espaços de acolhimento que proporciona o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência. O acesso ao serviço não necessita de encaminhamento.

O funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 8 h às 18 h.

CEAM Ceilândia

Telefones: 3373-6668/99199-4674

Endereço: QNM 2, Conjunto F, Lote 1/3 – Ceilândia Centro

- **Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDS):**

Atendem os autores de violência doméstica e também os familiares envolvidos. Atendimento de escuta terapêutica das mulheres e dos seus dependentes. Os núcleos também buscam a responsabilização dos agressores pelas violências praticadas, em um contexto reflexivo como alternativa à violência. O acesso ao serviço ocorre por encaminhamento judicial.

Os núcleos funcionam de 2ª a 6ª feira, das 12 h às 19 h.

NAFAVD Plano Piloto

Endereço: Edifício Fórum Desembargador José Leal Fagundes - SMAS (Setor de Múltiplas Atividades Sul) Trecho 03 Lote 4/6 Bloco 01 - Térreo – Sala 30

Telefone: 3214-4420

- **CREAS, CRAS e Centros de Convivência:**

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferecem serviço de proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

Já os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) oferecem serviços que garantem a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e o cadastramento no CadÚnico para serem inseridos nos benefícios do governo, por exemplo, bolsa família.

Os Centros de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecem atividades que visam promover a proteção social na perspectiva da

promoção da convivência geracional e intergeracional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

CREAS Ceilândia

Endereço: QNM 16, Área Especial Módulo A – Ceilândia Norte

Telefones: 3371-0376/3373-2260/3373-4539/3373-9854

- **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

CRAS Ceilândia Norte

Endereço: QNN 15 Área Especial Módulo A, Via Oeste

Telefone: 3301-7735

CRAS Ceilândia

Endereço: EQNP 12/16 Área Especial S/Nº Lote A/B

Telefones: 3378-1754/ 3376-7318/3376-2414

CRAS Ceilândia Sul

Endereço: QNM 15 A/E Módulo A

Telefones: 3373-7961/3372-9841

- **Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:**

Ceilândia

Endereço: QNM 15, Módulo A – Ceilândia Norte

Telefone: 3374-7756

E-mail: coseceioeste@sedestmidh.df.gov.br

Guariroba

Endereço: QNM 16, Módulo A

Telefone: 3378-2681

E-mail: cosegua@sedestmidh.df.gov.br

Ceilândia Sul

Endereço: QNM 15, AE, Módulo A

Telefone: 3371-2536

E-mail: coseceisul@sedestmidh.df.gov.br

- **Superando a Violência (Antigo Pró-Vítima)**

Programa da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus/DF) que oferece atendimento e proteção às vítimas de violência e também aos familiares.

E-mail: provitima@sejus.df.gov.br

Horário de Funcionamento: das 8h às 18h.

Núcleo Ceilândia:

Endereço: QNN5/7, Área Especial C

- **Núcleo de Enfrentamento o Femicídio (NEF)**

Lançado em junho de 2016, pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social, tem como objetivo desenvolver e fomentar ações, programas e políticas para prevenir, investigar, processar e julgar a morte violenta de mulheres, travestis e transexuais identificadas com o gênero feminino. A intenção do NEF é adequar os procedimentos de segurança pública e justiça criminal do Distrito Federal à legislação federal que trata do feminicídio e da violência contra as mulheres. Até então, foram articuladas diversas reuniões entre os órgãos e instituições envolvidas: SSP, PCDF, PMDF, CBMDF, TJDF, MPDF e Defensoria Pública.

- **Polícia Civil***

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam)

Telefones: 3207-6195/98494-9302

Endereço: EQS 204/205 – Asa Sul

*Além da Deam, todas as 38 delegacias de polícia das regiões administrativas têm uma Seção de Atendimento à Mulher – SAM.

- **Polícia Militar**

O Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica (**PROVID**) é uma estratégia de policiamento utilizada pela Polícia Militar do Distrito Federal, com o objetivo de acompanhar, orientar e solucionar o problema da violência doméstica.

- **Secretaria de Saúde**

Todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) realizam atendimentos para queixas ginecológicas, coleta de exames preventivos, pré-natal, tratamento de ISTs, disponibilizam métodos contraceptivos, acompanhamento psicológico, serviço social, etc. Além disso, existe o Programa de Atendimento às vítimas de Violência (PAV).

- **Defensoria Pública**

Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem)

Telefones: 3103-1926/3103-1932

Endereço: Fórum José Júlio Leal Fagundes, Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 3, Lotes 4/6, Bloco 4 – Térreo

Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, das 12 h às 19 h

- **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT):**

Centro Judiciário de Solução de conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Distrito Federal (CCJM/TJDFT)

Telefones: 3103-2093/31032041

Endereço: Fórum Desembargador Hugo Auler – Av. Contorno, Área Especial 13, 1º andar, Salas 107 a 109 – Núcleo Bandeirante

- **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF)**

Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Telefones: 3343-6086/3343-9625

Endereço: Sede do MPDF, Sala 144

- **Procuradoria Especial da Mulher no Senado**

Telefone: 0800-612211

- **Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados**

Telefone: 3215-8810

- **Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Legislativa**

Telefone: 3348-8296

Observação: Todas as informações contidas nesta cartilha foram retiradas através da Cartilha “Violência contra as mulheres” de autoria do Governo do Distrito Federal (GDF). Para mais informações, acesse: <http://www.sedest.df.gov.br/>

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade de Brasília- Faculdade de Ceilândia

“Não cheguei a procurar, mas também nunca ouvi falar”: Conhecimentos e atitudes de mulheres sobre a rede de cuidado às vítimas de violência conjugal no Distrito Federal.

Sandy Ágata da Silva Monteiro

Entrevista Semiestruturada

- I. Apresentação pessoal
- II. Assinatura do termo de consentimento
- III. Requerimento do uso da gravadora (Anonimato garantido)
- IV. Número de Entrevista:

- Idade: No momento da violência:
- Escolaridade:
- Estado civil atual: No momento da violência:
- Cidade satélite do DF:
- Ocupação:

1. Sofre ou já sofreu violência doméstica em algum momento de sua vida? Se sim, quais foram?

2. Há quanto tempo sofre violência doméstica em silêncio?
3. Quais são suas vontades referentes à resolução desta problemática?
4. Tem conhecimento de alguma rede de apoio ou de enfrentamento? Se sim, quais?
5. Já teve vontade ou recorreu algum tipo de apoio?
6. Quais são seus critérios para não recorrer algum tipo de apoio? (Medo? Insegurança?)
7. Já recebeu instruções de como procurar acolhimento e apoio?
8. Tem conhecimento das penalidades referidas ao agressor?
9. Já teve casos de violência doméstica em sua família?
10. O que você acha que pode ser eficaz para que as vítimas tenham conhecimento das redes de suporte neste momento?

APÊNDICE C – PARECER DO CEP

UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os desafios da vida conjugal e de cuidar de crianças

Pesquisador: Vagner Dos Santos

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 79192717.2.0000.8093

Instituição Proponente: Faculdade de Ceilândia - Curso de Terapia Ocupacional

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.499.026

Apresentação do Projeto:

A violência doméstica na educação de crianças era hábito comum, assim como práticas violentas contramulheres e pouca participação da figura paterna na educação dos filhos. O presente projeto baseia-se numa avaliação qualitativa (perspectiva fenomenológica denominada de 'Condensação Sistema de Texto'). Nessa avaliação combina-se análise de documentos e entrevistas para compreender as relações domésticas. Os grupos de sujeitos entrevistados são:

- Mulheres-Mães de crianças de até 12 anos;
- Homens-Pais de crianças de até 12 anos;
- Mulheres-vítimas de violência doméstica.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os autores, "o objetivo principal deste estudo é investigar as relações domésticas, por meio da experiência vivida dos envolvidos".

Os objetivos específicos em relação a cada grupo analisado são:

- "- Mulheres-Mães de crianças de até 12 anos: Quais são as práticas e justificativas no uso de estratégias disciplinares violentas;
- Homens-Pais de crianças de até 12 anos: Quais são suas atividades e responsabilidade construídas e/ou atribuídas em torno de sua paternidade;
- Mulheres-vítimas de violência doméstica: Quais as estratégias –itinerários percorridos para o auto cuidado e proteção, e de seus filhos/as".

UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.499.026

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos associados à pesquisa estão relacionados ao constrangimento em responder questões pessoais e vazamento de informações sigilosas. Segundo os autores, "para garantir a proteção e sigilo dos dados, as entrevistas serão conduzidas de forma individual e prevenindo que outros possam escutar", além de utilizar computadores e gravadores que serão acessados apenas pelos envolvidos na pesquisa. Além disso, os autores seguirão o manual "Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women" (WHO, 2011) que incluem as seguintes orientações:

"(i) A preferência por mulheres no processo de coleta de dados: Sendo que nesta pesquisa a coleta de dados será realizada por duas estudantes mulheres.

(ii) O estudo será formatado e apresentado como "Os desafios da vida conjugal e de cuidar de crianças", não tendo como tema central a violência, sendo o termo 'violência' eliminado de qualquer documento de divulgação e/ou do TCLE

(iii) Nunca mais de uma mulher será entrevistada no mesmo domicílio. Assim a seleção dos participantes levará em contas a seleção de pessoas que não se conheçam entre si.

(iv) Entrevistadoras realizarão visitas de retorno, quando a privacidade da entrevistada não estiver garantida no momento da primeira tentativa de entrevista.

(v) Não serão utilizados os nomes das entrevistadas, será usado um nome fantasia;

(vi) E quando necessário, serão oferecidas informações sobre o serviço de atenção básica à saúde de referência."

Os benefícios descritos pelos pesquisadores foi a contribuição que os participantes darão a elaboração de um programa de apoio para pais, crianças e adolescentes para implementação de práticas de disciplina não violentas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto é um Trabalho de Conclusão de Curso de Terapia Ocupacional da FCE/ UnB da aluna Tayná da Silva Oliveira, e sob orientação do professor Vagner Dos Santos. O número de participantes será de 30 participantes, sendo 10 por grupo de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Endereço: UNB - Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED), Centro Metropolitano, conj. A, lote 01, Sala AT07/66
Bairro: CEILANDIA SUL (CEILANDIA) **CEP:** 72.220-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3376-0437 **E-mail:** cep.fce@gmail.com

**UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**



Continuação do Parecer: 2.499.026

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Cabe ressaltar que compete ao pesquisador responsável: desenvolver o projeto conforme delineado; elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_983484.pdf	16/02/2018 09:13:14		Aceito
Outros	carta_para_encaminhamento_de_pendencias_16_02.pdf	16/02/2018 09:12:22	Vagner Dos Santos	Aceito
Cronograma	Cronograma_16_02.doc	16/02/2018 09:11:41	Vagner Dos Santos	Aceito
Orçamento	orcamento_18_12.doc	18/12/2017 19:20:11	Vagner Dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_18_12.doc	18/12/2017 19:06:13	Vagner Dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_18_12_17.docx	18/12/2017 18:58:43	Vagner Dos Santos	Aceito
Outros	SANDY_TAYNA_03.pdf	18/12/2017 18:23:50	Vagner Dos Santos	Aceito
Outros	SANDY_TAYNA_02.pdf	18/12/2017 18:23:21	Vagner Dos Santos	Aceito
Outros	LATTES_SANDY.pdf	18/12/2017 18:22:25	Vagner Dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	SANDY_TAYNA.pdf	18/12/2017 18:21:30	Vagner Dos Santos	Aceito
Outros	Curriculo_VagnerDosSantos.pdf	19/10/2017 17:00:53	TAYNA DA SILVA OLIVEIRA	Aceito
Outros	curriculo.pdf	19/10/2017 16:57:20	TAYNA DA SILVA OLIVEIRA	Aceito

Endereço: UNB - Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED), Centro Metropolitano, conj. A, lote 01, Sala AT07/66
Bairro: CEILANDIA SUL (CEILANDIA) **CEP:** 72.220-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3376-0437 **E-mail:** cep.fce@gmail.com

UNB - FACULDADE DE
CEILÂNDIA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA



Continuação do Parecer: 2.499.026

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 19 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
Dayani Galato
(Coordenador)

Endereço: UNB - Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED), Centro Metropolitano, conj. A, lote 01, Sala AT07/66
Bairro: CEILANDIA SUL (CEILANDIA) **CEP:** 72.220-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3376-0437 **E-mail:** cep.fce@gmail.com

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FACULDADE DE CEILÂNDIA - FCE

CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa “**Os desafios da vida conjugal e de cuidar de crianças**” sob a responsabilidade do Prof. Dr. **Vagner dos Santos**, sendo as estudantes da Universidade de Brasília: **Tayná da Silva Oliveira** e **Sandy Ágata da Silva Monteiro** assistentes da pesquisa. O projeto visa entender as interações conjugais e práticas disciplinares de pais e mães utilizadas em contextos domésticos.

O objetivo desta pesquisa é entender como essas práticas influenciam na saúde, comportamento e desenvolvimento de crianças até 12 anos, assim como de suas mães.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de uma entrevista, na sua própria comunidade, com um tempo estimado de 40 minutos para sua realização. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são: o desconforto emocional por tratar de assuntos da vida pessoal, o risco de vazamento de informações sigilosas que será minimizado pela realização individual da entrevista e o risco da perda de anonimato que será garantido pela utilização de “nomes fantasias” para os participantes. Além disso, serão seguidas as informações da Organização Mundial da Saúde.

Se você aceitar participar, estará contribuindo com a obtenção de dados que possam subsidiar a elaboração de programas de cuidados das crianças e adolescentes, e apoio aos pais e mães para que implementem estratégias disciplinares não violentas.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa ou exames para realização da pesquisa) a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para Vagner Santos na Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia, no telefone **(61) 3107-8418** disponível inclusive para ligação a cobrar. (Email: vagner@unb.br).

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ceilândia (CEP/FCE) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-8434 ou do e-mail cep.fce@gmail.com, horário de atendimento das 14h:00 às 18h:00, de segunda a sexta-feira. O CEP/FCE se localiza na Faculdade de Ceilândia, Sala AT07/66 – Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED) – Universidade de Brasília - Centro Metropolitano, conjunto A, lote 01, Brasília - DF. CEP: 72220-900.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

Brasília, ____ de _____ de 2018.